



Presidência da República
Secretaria-Geral
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

- ATA -

**1ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2023 DO CONSELHO NACIONAL DE
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

[Gestão 2023-2025]

Data: 28 de fevereiro, 01 e 02 de março de 2023

Local: Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto – Brasília/DF

Boas-vindas e mesa de abertura da 1ª Reunião Plenária Ordinária de 2023: às 15h00 do dia 28 de fevereiro foi composta a mesa de abertura pelas seguintes autoridades: Sr. Márcio Macêdo, Ministro de Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República e Secretário-Geral do Consea; Sr. Wellington Dias, Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e Presidente da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan); Sra. Janja Lula da Silva, do Gabinete de Ações Estratégicas em Políticas Públicas e Projetos Especiais, da Presidência da República; Sra. Elisabetta Recine, Presidenta do Consea; e Sr. Jean Pierre Tertulino, Coordenador da Comissão de Presidentes de Conseas Estaduais. A Presidenta do Consea deu início à reunião e ressaltou a forte emoção e alegria de todos os presentes com a reinstalação do Consea, após 4 anos de atividades paralisadas. A seguir passou a palavra às autoridades presentes que fizeram seus pronunciamentos na seguinte ordem: Sr. Jean Pierre Tertuliano, Sr. Wellington Dias, Sr. Márcio Macêdo e Sra. Janja Lula da Silva. Após os pronunciamentos, foi desfeita a mesa de abertura e a Presidenta Elisabetta Recine confirmou a existência de quórum para dar início à 1ª Reunião Plenária Ordinária do Consea de 2023. A Presidenta do Consea procedeu à leitura da **Pauta Proposta**: Dia 28/02/2023 - Boas-vindas e mesa de abertura; Ações emergenciais e respostas às violações ao direito humano à alimentação adequada ao Povo Yanomami; Orientações para atividades de grupo do dia seguinte; Lanche e confraternização. Dia 01/03/2023 - Estratégia do SISAN para o combate à fome e a realização progressiva do direito humano à alimentação adequada e saudável; Trabalhos em grupo; Secretaria-Executiva do Consea: orientação aos facilitadores e relatores; Debate e encaminhamentos. Dia 02/03/2023 - Apresentação e síntese dos grupos de trabalho e manifestações da plenária; Convocação da 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Aprovação do calendário de plenárias de 2023; Encaminhamentos finais. A pauta foi aprovada pela maioria dos presentes. Em seguida foi composta nova mesa de debate para o item 2 da pauta com os seguintes palestrantes: representante do Ministério dos Povos Indígenas; representante do Povo Yanomami; Sr. Bruno Cantarella, Diretor do Departamento de Projetos e Determinantes Ambientais, Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), do Ministério da Saúde; e Sra. Joenia Wapichana, Presidenta da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). A mesa ainda contou com Conselheiras(os) indígenas que integram o Consea, a saber: Sr. Antônio Ricardo Domingos da Costa (Dourado), titular, Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME); Sra. Sineia Bezerra do Vale, titular, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB); Sr. Lino Cesar Cunumi Pereira, suplente, Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ARPINSUL); e Sra. Cristiane Horta Thomé, Secretária-Geral do Consea de Roraima. **Ponto de Pauta: Ações emergenciais e respostas às violações ao direito humano à alimentação adequada ao Povo Yanomami.** Os palestrantes convidados fizeram uso da palavra na mesma ordem da descrição dos nomes, sob a coordenação da Presidenta do Consea. Logo após, fizeram uso da palavra nesta ordem: Sr. Antônio Ricardo Domingos da Costa (Dourado), Sr. Lino Cesar Cunumi Pereira, Sra. Cristiane Horta Thomé, Sr. Julian Peres, Sr. Clodoaldo (Consea Amazonas). A síntese das falas e debates apontaram para a gravidade de situação da Terra Indígena Yanomami. Os representantes do Governo Federal informaram que diversas ações já estavam em curso e que todos os recursos necessários seriam empregados na ação. Informaram que o Centro de Operações de Emergências - COE Yanomami foi mobilizado em 26 de janeiro de 2023, com a responsabilidade de organizar as estratégias de resposta e medidas a serem empregadas para responder à emergência em saúde pública de importância nacional no território Yanomami, incluindo a mobilização de recursos para o restabelecimento dos

serviços de saúde e a articulação com os gestores estaduais e municipais do Sistema Único de Saúde (SUS). Foi colocado que participam da estrutura do COE Yanomami todas as Secretarias do Ministério da Saúde e Instituições como o MDR (Defesa civil); Casa Civil da Presidência da República, Funai, Organização Pan-Americana da Saúde, Ministério da Defesa, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério do Desenvolvimento Social e Fundação Oswaldo Cruz. O COE está sob coordenação da Sesai e terá a função de planejar, organizar e controlar medidas durante o período de emergência. Destacaram que os Yanomami ficam em uma localidade cercada por garimpo ilegal, onde existe um histórico de denúncias de violência contra os povos indígenas, além de registros de altas taxas de desnutrição. Foi informado que o Ministério da Saúde faz informes diários sobre a Missão Yanomami e que o COE realiza reuniões diárias, as quais o Consea poderia acompanhar. Foi também informado que o Ministério da Saúde publicou a Portaria GM/MS nº 28, de 20 de janeiro de 2023, que declarou “Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência de desassistência à população Yanomami” e o Decreto nº 11.384, de 20 de janeiro de 2023, que instituiu o Comitê de Coordenação Nacional para Enfrentamento à Desassistência Sanitária das Populações em Território Yanomami. Como encaminhamento, foi decidido que o Consea continuará monitorando a situação junto ao COE, em especial junto à Sesai. Foi aprovada uma Recomendação solicitando à Casa Civil da Presidência da República que o Consea seja convidado a acompanhar as atividades do COE Yanomami. Na mesma Recomendação, o Consea reconhece que as desassistências ao Povo Yanomami resultaram em uma grave crise humanitária e generalizada violação do Direito Humano à Alimentação Adequada daquele povo e que compete ao conselho zelar pela realização do direito humano à alimentação adequada e pela sua efetividade entre a população em geral e prioritariamente entre os segmentos populacionais mais vulnerabilizados, que é o caso atual dos Yanomami. Por esta razão, foi colocado que o Consea vai solicitar que seja convidado e que possa indicar um de seus membros a acompanhar as atividades do Centro. O Conselheiro Lino Cesar Cunumi Pereira (ARPINSUL) fez uso da palavra e denunciou a situação de emergência que também vivem o Povo Indígena Avá-Guarani, na região oeste do Paraná. Relatou que a região tem 24 aldeias, que todas estão em grave situação de pobreza, têm falta de terra para plantar, que não têm emprego e que as cestas de alimentos não chegam na regularidade necessária. Além disso, apontou que os povos indígenas da região sofrem muito com o preconceito que a população local tem para com eles. Foi encerrada a mesa de debates e foi aprovado o envio de uma Recomendação do Consea à Casa Civil sobre os temas debatidos. **Ponto de Pauta: Orientações para atividades das comissões para o dia seguinte.** Foi feita a orientação pela Presidenta Elisabetta Recine, que explicou sobre os trabalhos de grupo para o dia seguinte. **Ponto de Pauta: Lanche e confraternização.** Ao final da tarde todos foram convidados para o lanche e confraternização (Item 4 da pauta). No dia 01/03/2023, às 9h, iniciaram-se os trabalhos com a formação da mesa de debates para o item 5 da pauta. **Ponto de Pauta: Estratégia do Sisan para o combate à fome e a realização progressiva do direito humano à alimentação adequada e saudável.** Esta mesa foi composta pelos seguintes palestrantes e respectivos temas: Aspectos centrais da Estratégia de Combate à Fome do Governo Federal: Eixo 1 - Acesso à renda, redução da pobreza e promoção da cidadania, pelo Ministro Wellington Dias, MDS, e Presidente da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan); Eixo 2 - Alimentação adequada e saudável, da produção ao consumo, pela Sra. Fernanda Machiaveli, Secretária-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), pela Sra. Lilian Rahal, Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, do MDS, pela Sra. Fernanda Pacobahyba, Presidenta do Fundo

Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação (MEC), pela Sra. Kelly Poliany de Souza Alves, Coordenadora-Geral de Alimentação e Nutrição (CGAN), do Ministério da Saúde; e Eixo 3 - Mobilização para o combate à fome e participação social, pela Sra. Valéria Burity, Secretária Extraordinária de Combate à Fome e Secretária-Executiva da Caisan, do MDS. Todos os palestrantes apresentaram as principais ações e prioridades do Governo Federal para o enfrentamento da fome e informaram que estava em elaboração um Pacto contra a fome e por alimentação saudável para garantir dignidade e reconstruir vidas. Após os debates, o Consea se comprometeu a enviar uma Recomendação à Caisan para a incorporação das contribuições do Consea na construção do Pacto. O Consea debateu e aprovou entre a maioria presente que reconhece a importância e urgência de um pacto nacional como instrumento de coordenação e articulação dos esforços liderados pelo Governo brasileiro para dar uma resposta à crise grave e generalizada de fome que assola mais de 33 milhões de pessoas no Brasil; a centralidade da retomada do diálogo entre Governo e Sociedade Civil para o fortalecimento do Sisan como *locus* privilegiado para identificação de problemas e construção de soluções para questão da fome no Brasil, manifestada na decisão de construir o pacto contra a fome no âmbito das instâncias do Sisan. Debateu-se sobre a importância de o Consea ser convidado a participar desde o início de sua construção, incluindo nas ações de elaboração e monitoramento do pacto e sugeriu-se que sejam adotadas medidas necessárias para fortalecer e garantir a participação social em todos os processos a ele relacionados. Colocou-se que o Consea vai solicitar que sejam previstas ações emergenciais de combate à fome articuladas com medidas estruturantes voltadas a promover a realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável, garantindo que as recomendações de médio e longo prazos que não possam ser nele contempladas, sejam incluídas no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Foi colocado também a necessidade de que sejam reconhecidas as diferentes iniciativas conduzidas pela sociedade civil no enfrentamento da fome e que sejam explicitadas as medidas que serão adotadas para prevenção de conflitos de interesses entre os diferentes atores que serão mobilizados nos processos de detalhamento, implementação e monitoramento do pacto, inclusive por meio da adoção de um código de conduta para as relações entre o Governo, a Sociedade Civil e o Setor Privado. Foram ainda sugeridas as seguintes recomendações: que o pacto contribua para ampliação de medidas voltadas à segurança alimentar e nutricional no espaço urbano, inclusive o apoio e fomento à agricultura urbana e periurbana, a estruturação de redes de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos (entre outros) e o apoio a iniciativas promovidas pela sociedade civil, como cozinhas solidárias e hortas comunitárias, garantindo mecanismos adequados de repasse de recursos no âmbito do Sisan; que o pacto favoreça a articulação de diferentes programas como Programa Bolsa Família, programas de abastecimento popular, fortalecimento da agricultura familiar e equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional para potencializar o impacto do investimento público nesses programas; que contemple medidas de fomento a tecnologias, insumos e implementos adequados para a agricultura familiar, inclusive na perspectiva de desenvolvimento e uso de energias renováveis sustentáveis; que as medidas de inclusão produtiva adotadas no âmbito do pacto priorizem uma abordagem pela economia popular e solidária; que contemple as medidas necessárias para simplificar o fomento e o acesso de produtores familiares à assistência técnica e à extensão rural; que contemple as medidas necessárias para desburocratizar e facilitar o acesso de produtos familiares às chamadas públicas; que seja retomado o Comitê Consultivo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); que o Consea seja convidado a participar das

caravanas aos territórios periféricos para identificação de estratégias locais de enfrentamento da fome e ampliação da mobilização para a 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; e que haja a inclusão dos quesitos raça/cor, gênero, geração, bem como a identificação de Povos e Comunidades Tradicionais em todo monitoramento e planejamento do pacto. Foi definido um grupo de relatores para a elaboração da Recomendação, que deverá incluir várias outras sugestões que contemplem todas as dimensões da agenda de segurança alimentar e nutricional, tão relevantes para o enfrentamento da fome e da pobreza. **Ponto de Pauta: Trabalhos em grupo.** No dia 01/03/2023 à tarde, até às 16h30, ocorreram os trabalhos em grupo e da comissão de Presidentes dos Conseas estaduais. No dia 02/03/2024, às 8h30min, o Plenário reunido no Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto, retomou a 1ª Reunião Ordinária do Conselho de 2024, para a apresentação e síntese dos grupos de trabalho e manifestações da plenária para o item 9 da pauta. Os temas prioritários apresentados pelos grupos de trabalho foram: i) Enfrentamento da fome com comida de verdade; estratégias do Consea na articulação da sociedade para combater a fome; valorização de experiências da sociedade civil no combate à fome; articulação de ações emergenciais e estruturantes de combate à fome; ações emergenciais e implementação de políticas públicas de combate à fome; ii) Direitos territoriais; terra e território; demarcações, titulação e concessão; demarcação e reforma agrária; acesso à água e à alimentação nos acampamentos da reforma agrária; fomento à produção de alimentos na reforma agrária; acesso a tecnologias produtivas e aos mercados sem atravessamento para assentados e acampados da reforma agrária (priorizando mercados institucionais); iii) Política de acesso à água também nos territórios do sul e sudeste (seca prolongada); iv) Sindemia global nos sistemas alimentares; mudanças climáticas e matrizes energéticas dos sistemas alimentares; modelo de energias limpas que não avancem sobre territórios; estruturas que promovem a fome e sua relação com as mudanças climáticas; impactos da mineração sobre os territórios e a água; v) Sisan; governança, participação social, formação, mecanismos de exigibilidade no âmbito do Sisan; articulação do Sisan com outras instâncias de participação como o CAE; Sisan nos estados e municípios; instrumentos de monitoramento no Sisan; mecanismos de fortalecimento/implementação do Sisan; participação e mobilização social no Sisan; fortalecimento da relação intersistemas com SUAS e SUS; fortalecimento da Caisan com maior participação de outros ministérios para além do MDS e do MDA; vi) Produção agroecológica de alimentos (quintais agroecológicos); retomada da PNAP; política de resgate e valorização das sementes crioulas; combate aos agrotóxicos; fomento e apoio à produção agroecológica no campo e na cidade; vii) Abastecimento alimentar; política nacional de abastecimento como eixo articulador capaz de promover o diálogo com vários temas e desafios dos sistemas alimentares saudáveis e inclusivos da produção ao consumo; abastecimento popular; acesso físico e econômico à alimentação saudável; viii) Fortalecimento da agricultura familiar e campesina; retomada do Pronaf; Plano Safra da Agricultura Familiar; Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural com foco na Agricultura Familiar e Campesina; ix) Agenda regulatória, fiscal e tributária (mudanças na legislação e concentração de mercados e incentivos às formas predatórias e violadoras de produção de alimentos, incluindo os grandes projetos de energias renováveis); justiça fiscal; xi) Segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas; emergência da questão indígena; combate à fome com atenção especial aos povos indígenas (assistência alimentar através da Conab com ações emergenciais para o povo Guarani-Kaiowá); xii) Saúde, alimentação e nutrição; sindemia global e os determinantes da má nutrição; múltiplas cargas da má nutrição (desnutrição e obesidade); promoção da alimentação adequada e saudável; xiii) Programas e iniciativas da política nacional de SAN;

189 PAA e PNAE (mecanismos que assegurem o acesso efetivo, em especial, povos indígenas,
190 povos e comunidades tradicionais, mulheres, agricultura familiar/camponesa); políticas
191 estruturantes de SAN; monitoramento do PNAE; pontos populares de Soberania e SAN; xiv)
192 Iniquidades de raça e gênero nos sistemas alimentares; superação dos mecanismos de
193 racismo estrutural, institucional e ambiental; SAN de quilombolas; SAN de Povos e
194 Comunidade Tradicionais (quilombolas, povos de terreiro, povos de matriz africana,
195 extrativistas, ribeirinhos(as), pescadores(as) artesanais, caiçaras, pantaneiros(as),
196 geraizeiros(as), caatingueiros(as), vazanteiros(as), marisqueiras, seringueiros(as),
197 faxinalenses, comunidades de fundo de pasto, pomeranos(as) e povos ciganos); xv) SAN de
198 seguimentos vulnerabilizados; juventude; população idosa; LGBT; xvi) Pesquisa e
199 monitoramento em SAN; monitoramento de indicadores de insegurança alimentar com
200 especial atenção a PCTs e Povos Indígenas; pesquisas de SAN territoriais e setoriais (além das
201 nacionais); xvii) Agenda Internacional de SAN; cooperação internacional na soberania e
202 segurança alimentar; espaços de atuação internacional (CPLP, CSA); xviii) PPA e o Consea;
203 orçamento para SAN; inclusive nos estados; cofinanciamento no Sisan; transparência; e xix) O
204 Consea e as frentes parlamentares; parlamentares e SAN; poder legislativo e a fome. Os temas
205 indicados para as 3 primeiras plenárias do ano de 2023 foram: i) Combate à fome e políticas
206 emergenciais; fome como questão estrutural; fome e desigualdades; fome e má nutrição;
207 fome como projeto de nação; fome em Josué de Castro, Milton Santos e Carolina Maria de
208 Jesus; ii) Política de Produção e Abastecimento; Sistemas Alimentares; iii) Contaminantes
209 ambientais (agrotóxicos, mercúrios, etc) e mudanças climáticas; iv) Sisan e equipamentos
210 públicos de SAN; políticas estruturantes de SAN; reconstrução da Política Nacional de
211 Segurança Alimentar; v) Terra e território; vi) Pesquisa e monitoramento e vii) Pronaf; Plano
212 Safra da AF; crédito para agricultura familiar. Foi também discutido pelos grupos de trabalho
213 uma proposta de organização das Comissões Permanentes do Consea, que foram assim
214 indicadas: CP1: Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; CP2: Ambientes
215 alimentares, atenção nutricional, alimentação adequada saudável e sustentável; CP3:
216 Produção, Abastecimento e Alimentação Adequada, Saudável e Sustentável (inclusão dos
217 pontos populares de SSAN na agenda); CP4: Direito humano à Alimentação Adequada. Foi
218 apresentada a proposta de dividir a CP5: dividir em duas CPs para cada uma tratar dos temas
219 Povos e Comunidades Tradicionais (alinhado com o Decreto nº 6.040) e outra sobre População
220 Negra e Racismo, mas esta decisão ficou adiada para ser debatida e definida na Plenária
221 seguinte. CP6: Povos Indígenas; CP7: Macro desafios internacionais e agenda internacional de
222 SAN e Comissão de Presidentes dos Conseas Estaduais – CPCE. Foi proposta também a criação
223 dos seguintes Grupos de Trabalho: GT Saúde Yanomami (CP6); GT Mulheres e SAN; GT
224 Mudanças Climáticas; GT Povos e Comunidades de Matriz Africana (diagnóstico de quem são,
225 situação de SAN, papel na promoção da soberania e segurança alimentar); GT de
226 Monitoramento do Pacto contra a fome e outras ações emergenciais; GT Cúpula dos Sistemas
227 Alimentares; GT America Latina; GT LGBTQIA+; GT População carcerária; GT Aleitamento
228 Materno e Infância; GT Juventudes; GT Legislação de Compras da Agricultura Familiar; GT
229 Supermercadas e distribuição justa de alimentos; GT agenda interconselhos. Todas as
230 propostas de comissões permanentes e grupos de trabalho foram consideradas como
231 propostas e pactuado que, na 2ª Reunião Plenária Ordinária de 2023, o Plenário vai apreciar
232 e tomar a decisão final. **Ponto de Pauta: Convocação da 6ª Conferência Nacional de**
233 **Segurança Alimentar e Nutricional.** Foi feito um intenso debate sobre a importância da
234 realização da 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em 2023, mesmo
235 diante das adversidades da falta de orçamento e pouco tempo para o planejamento. Assim foi

236 aprovada pela maioria presente a convocação da 6ª Conferência Nacional de Segurança
237 Alimentar e Nutricional que será posteriormente publicada por uma Resolução do Consea e
238 também será solicitado um Decreto Presidencial de convocação da mesma. Algumas
239 sugestões de lemas para a 6ª Conferência foram sugeridos, como: i) A fome voltou: comer é
240 um direito; promover a SSAN com democracia e participação social; direitos e democracia;
241 fome se enfrenta com democracia e comida de verdade; enfrentar a fome com comida de
242 verdade, democracia e participação social; contra a fome, pela democracia e pela SAN; ii)
243 Vozes do campo e da cidade; povos das cidades, do campo, das águas e florestas; iii) Sistemas
244 alimentos saudáveis; iv) Alimento e terra por um Brasil soberano; v) Reconstruir a política de
245 SSAN para enfrentar a fome; reconstruir a política de SSAN porque a fome existe. A seguir foi
246 aprovado o calendário de plenárias de 2023. A presidenta Elisabetta resumiu e sistematizou
247 os principais debates e aprovações da 1ª Reunião Plenária Ordinária de 2023, a saber: (i)
248 Recomendação nº 01/2023, que “recomenda à Câmara Interministerial de Segurança
249 Alimentar e Nutricional (Caisan) a incorporação de contribuições do Consea na construção do
250 Pacto contra a Fome e por alimentação como direito – garantir dignidade, reconstruir vidas”;
251 (ii) Recomendação nº 02/2023, que “recomenda à Casa Civil da Presidência da República que
252 o Consea seja convidado a acompanhar as atividades do Centro de Operações de Emergências
253 em Saúde Pública (COE-Yanomami)”;

254 a convocação da 6ª Conferência Nacional de
255 Segurança Alimentar e Nutricional que será ratificada por uma Resolução do Consea e
256 também será proposto um Decreto Presidencial de convocação da mesma e também
257 aprovada a Resolução nº 01/2023, que definiu as regras para realização de plenárias e outras
258 atividades virtuais do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional da Presidência
259 da República. Encerrada a 1ª Reunião Plenária Ordinária de 2023, eu, Marília Mendonça Leão,
Secretária-Executiva do Consea, lavrei e assinei a presente ata.

Marília Mendonça Leão

Secretária-Executiva

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional



Documento assinado digitalmente

MARILIA MENDONCA LEAO

Data: 27/12/2024 11:46:07-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ata aprovada pelo Plenário do Consea de forma assíncrona, em 19 de julho de 2024.